

Sábado, 08 de Agosto de 2026

Fávaro refuta acusações de interferência na Operação Heritage e reafirma independência da PF

Senador nega participação em investigação e critica tentativa de transformar apuração judicial em disputa política

O senador Carlos Fávaro (PSD) respondeu às alegações do ex-governador Mauro Mendes (União Brasil), que o mencionou ao se referir à Operação Heritage. A ação foi deflagrada pela Polícia Federal para investigar possíveis irregularidades em um contrato firmado entre o Estado de Mato Grosso e a operadora de telefonia Oi.

Em sua resposta, Fávaro descartou qualquer envolvimento no processo investigatório e reforçou que a Polícia Federal funciona com total autonomia, sem sofrer pressões político-partidárias. Para o senador, responsabilizar a operação por tramas de adversários políticos equivale a instrumentalizar uma investigação técnica para fins eleitorais.

"Ninguém está acima da lei. A Polícia Federal é uma instituição de Estado, não de governo. Suas investigações são técnicas, isentas e seguem o rito legal. Atribuir uma operação federal a supostas 'armações' de adversários políticos é desrespeitar o trabalho dos agentes e tentar transformar uma questão judicial em palanque", afirmou o parlamentar.

O posicionamento emerge após Mauro Mendes caracterizar a operação como uma possível trama e indicar envolvimento de rivais políticos. Entre os nomes mencionados pelo ex-governador encontram-se Fávaro, o ex-governador Pedro Taques, a deputada estadual Janaina Riva (MDB) e o senador Jayme Campos (União Brasil).

Apesar das acusações, Fávaro ressaltou sua convicção de que todo investigado merece exercer seu direito de defesa ampla e contraditório. O senador garantiu que qualquer pessoa investigada possui direito constitucional de apresentar sua versão e acessar integralmente os procedimentos da investigação.

"Todo cidadão investigado tem o direito constitucional de se defender plenamente, de apresentar sua versão, de ser ouvido e de ter acesso integral aos autos. Isso vale para qualquer pessoa, sem exceção", declarou.

O parlamentar também manifestou que compete aos integrantes do Poder Executivo e Legislativo não interferirem em processos de investigação ou utilizarem operações policiais como instrumento de confronto político.

"Meu trabalho é legislar, fiscalizar e entregar resultados para Mato Grosso. Quem precisa prestar contas à Justiça que o faça nos autos, não nas redes sociais", finalizou.